
VIOLÊNCIA POLICIAL E RACISMO EM “BANDEIRA NEGRA, AMOR”

SANTOS, Gilberto de Assis Barbosa dos¹

Resumo: O artigo objetiva analisar como a violência policial e o racismo estampam as páginas do romance *Bandeira negra, amor*. O enredo, que tem como palco o morro do Borel, relata o assassinato de três adolescentes negros, vistos pela última vez entrando em uma viatura da Polícia Militar sobre quem recai a autoria da tripla execução, cujos corpos apresentam sinais de tortura. Entre as acusações feitas pelos moradores do bairro à corporação e a defesa feita pela instituição, o leitor acessará a história amorosa entre o advogado das famílias das vítimas, o negro Fred e a relações públicas da PM, a major Beatriz, que é branca. A obra nos possibilita observar que o tratamento dado pelos aparelhos repressivos às populações carentes e negras, reservado as devidas proporções, se mantém o mesmo desde as últimas décadas da escravidão no Brasil Oitocentista.

Palavras-chave: Violência, Literatura, Polícia Militar, Preconceito racial, Pobreza

Abstract: The article analyzes how the police violence and the racism represent the pages from the romance “*Bandeira negra, amor*”. The plot happens in the hill of the Borel and describe the murder of three black teenagers, who was seen entering in a Military Police car that is guilty by the murder and shows signs of torture. Between the accusations did by the neighborhood residentes for the corporation and the apology did by the institution, the reader will access the love story between the lawyer of the victims families, the black man Fred and the public relations of the Military Police, the major Beatriz, who is white. The book shows that the treatment given by the repressive powers to the needy and black population remains the same since the last slavery decades in Brazil of the nineteenth century.

Keywords: Violence, Literature, Military Police, Racial Prejudice, Poverty

1 Mestre em Ciências Sociais pela FCL (Faculdade de Ciências e Letras) – campus da UNESP em Araraquara, docente da FASSP (Faculdade de Saúde São Paulo)/UNIESP; no Colégio Futuro/COC e UP-Pré-Vestibulares/Objetivo e editor do www.criticapontual.com.br. (e-mail: gilbertobarsantos@bol.com.br; social@criticapontual.com.br).

Introdução

Não é novidade para nenhum brasileiro que a violência física, simbólica e as sevícias que os africanos e seus descendentes sofreram durante os mais de três séculos de escravidão no Brasil, não foram sepultadas na manhã daquele sábado, 13 de maio do longínquo 1888 quando entrou em vigor a lei 3.353, conhecida como “Lei Áurea”, assinada pela Princesa Isabel de Bragança colocando fim ao escravismo no Brasil². Os açoites desferidos contra os negros desterrados e trazidos para o novo continente como mercadorias a serem exploradas até a exaustão física foram reordenados e aplicados de maneiras diferentes³, mesmo porque, às medidas adotadas pela Coroa, não se seguiram outras normas que permitissem aos antigos escravos inserções no novo contexto socioeconômico da época⁴, possibilitando aos mesmos se transformarem em cidadãos.

O fim do escravismo oficializou a todos os indivíduos os direitos civis, isto é, aqueles “[...] fundamentais a vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, [...] de não ser condenado sem processo regular” (CARVALHO, 2001, p. 9). Pelo menos em tese, “são direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos” (2001, p. 9). Mais: “são eles que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. Sua pedra de toque é a liberdade individual” (2001, p. 9).

Se por um lado, a lei imperial que extinguiu séculos de maus-tratos que faziam parte do cotidiano dos negros, garantiu-lhes ainda o direito de ir e vir e não serem violentados em suas humanidades e agredidos fisicamente, por outro, os

² Para Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), a extinção do escravismo no Brasil por determinação do governo imperial encerra os trabalhos para por fim ao cativo brasileiro iniciados em 1850 com a proibição do tráfico negreiro, por meio da lei Eusébio de Queirós (HOLANDA, 2006, 78).

³ Pode-se ter como exemplo os castigos aplicados aos marinheiros pelas faltas que cometiam. As sevícias motivaram o motim que durou cinco dias do mês de novembro de 1910. Os sediciosos foram comandados pelo marinheiro João Cândido Felisberto (1880-1969), o “Almirante Negro”.

⁴ Numa crônica publicada no dia 16 de outubro de 1892 no jornal Gazeta de Notícias, o escritor Machado de Assis (1839-1908) tratou, de forma metafórica, dessa temática através do diálogo entre dois burros preocupados com seus destinos em virtude da chegada dos bondes eletrônicos (MACHADO DE ASSIS, 1996, 135-138). A dupla pode ser a personificação de dois ex-escravos que conversavam sobre o fim do escravismo e o futuro que os aguardava.

manteve longe dos outros dois direitos que completariam o arcabouço formativo da cidadania: o **político** e o **social**. O primeiro continuava a ser como dantes, isto é, processo censitário, através do qual o brasileiro somente poderia votar e ser votado mediante a comprovação de rendas oriundas do trabalho, emprego ou de propriedades de terras. Essa exclusão política se manteve durante as primeiras décadas da era republicana.

Na famosa circular de 1860 Teófilo Ottoni deixa claro que o povo para o qual deseja o gozo dos direitos políticos não abrange os humildes: “[...] ainda na agitação e devaneio da luta o redator da **Sentinela do Serro**” (ele próprio) “nunca sonhou senão com a democracia pacífica, a democracia da classe média, a democracia da gravata lavada [...]”. Quando Campos Sales, no livro **Da propaganda à República**, de 1908, fala da vontade do povo, está se referindo ao grupo reduzido de eleitores recrutados segundo critérios restritivos, e sobretudo às elites que os dirigem. Assim, afirma que a decisão tomada por um pequeno número é mais correta, porque parte de gente qualificada, capaz de compreender os interesses da nação (ou seja, os interesses da gente mais qualificada...) [grifos do original] (CANDIDO, 1995, p. 275).

Ou seja, os escravos alforriados, seus descendentes e os indivíduos que pertenciam aos estratos inferiores da sociedade na época, como os encortçados evidenciados por vários romancistas, como os flagelados da seca retratados por Rachel de Queiroz na obra **O Quinze** (2010) e outros intelectuais, não teriam acesso irrestrito aos direitos políticos.

Já os direitos sociais garantem participação na riqueza produzida no país, incluindo o acesso

[...] à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a aposentadoria [...]. Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir o mínimo de bem-estar para todos. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social⁵ (CARVALHO, 2001, p. 10).

Usando uma chave de interpretação marxista, Décio Azevedo Marques Saes (2008, p. 25) diz que “os direitos sociais consistem na projeção da forma-sujeito de direito numa outra esfera, distinta da esfera do mercado de trabalho: a esfera da

⁵É o que diz o artigo 6º da Constituição Federal de 1988 (2005, p. 29).

reprodução da força de trabalho”. Neste sentido, para ele, os direitos sociais no interior do sistema capitalista seriam consequências de três situações:

a) lutas pela hegemonia política no seio das classes dominantes; b) lutas populares pela melhoria das condições de trabalho, vida e consumo das massas; c) a intervenção ideológica de grupos sociais intermediários (frequentemente representados por alguma categoria profissional específica, como a burocracia estatal, ou por um segmento burocrático específico, como a média burocracia). E é das lutas travadas nesses três níveis que resulta a instauração dos direitos sociais (SAES, 2008, p. 31).

De qualquer forma, seja através do viés marxista ou pelo apresentado por T. S. Marshall (1967) e reproduzido por José Murilo de Carvalho no destaque que fizemos acima, é possível apontar que, mesmo extinguindo a escravidão, o Brasil não avançou em questões fundamentais para se construir uma cidadania plena, na qual todos os brasileiros fossem tratados sem distinção, conforme prevê os preceitos constitucionais⁶, sendo que uma das ferramentas para que a sociedade se tornasse mais igualitária seria a educação pública universal.

Uma sociedade democrática e estável é impossível sem um grau mínimo de alfabetização e conhecimento por parte da maioria dos cidadãos e sem a ampla aceitação de algum conjunto de valores. A educação pode contribuir para esses dois objetivos. Em consequência, o ganho com a educação de uma criança não é desfrutado apenas pela criança ou por seus pais mas também pelos outros membros da sociedade. A educação do meu filho contribui para o seu bem-estar em termos de promoção de uma sociedade estável e democrática (FRIEDMAN, 1984, p. 83-84).

Essa observação permite apontar que, no Brasil Oitocentista, a dinâmica educacional não seguiu tal parâmetro, levando em conta os preceitos que nos possibilitem apontar que, na Nação que emerge do escravismo, a cidadania não era plena, mas apenas um arremedo de diversas leis e decretos que na prática não funcionavam.

Nos países em que a cidadania se desenvolveu com mais rapidez, inclusive na Inglaterra, por uma razão ou outra a educação popular foi introduzida. Foi ela que permitiu às pessoas tomarem

⁶ Artigo 5º - “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2005, p. 20).

conhecimento de seus direitos e se organizarem para lutar por eles. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política (CARVALHO, 2001, p. 11).

Embora o nosso escopo principal neste artigo não seja o universo educacional, entendemos ser importante tecer algumas considerações sobre o assunto, tendo em vista que a não concessão, por parte do Estado, de educação aos negros alforriados no final da década de 80 do século XIX, teve importantes desdobramentos na existência social dos descendentes de africanos nas décadas seguintes que se seguiram ao fim do escravismo, já que os mesmos estiveram mais expostos à violência cotidiana, seja figurando como supostos autores de ações delituosas ou na condição de vítima de diversas formas de agressões, inclusive as aferidas por um tipo específico de poder simbólico⁷ que faz parte do universo brasileiro, como por exemplo, a violência policial retratada no romance que será analisado no corpus deste trabalho.

Desta forma, levando em conta que “a educação não molda o homem em abstrato, mas em uma dada sociedade e para ela” (MANNHEIM, 1977, p. 89), é possível especularmos que não havia nenhum interesse, por parte das autoridades da época, em fazer com que os negros se qualificassem para ocuparem os postos de trabalhos surgidos como parte do processo de industrialização brasileira e também do assalariamento da mão de obra no pós-escravismo.

Muitos fazendeiros e proprietários de africanos, ante a possibilidade dos negros, e seus descendentes brasileiros, reproduzirem as revoltas ocorridas no Haiti no início daquele século⁸, começaram a debater a transição do escravismo para o trabalho livre e, neste sentido, a questão maior era se o cativo tinha ou não condições de se transformar em empregado assalariado. Muitas discussões e propostas foram apresentadas naquele momento, conforme Célia Maria Marinho de Azevedo nos atesta em seu livro **Onda negra, medo branco** (1987).

⁷ Dentro da proposta deste trabalho, compreendemos por poder simbólico aquele poder invisível que só pode ser exercido através da cumplicidade daqueles que não querem saber que estão sendo sujeitados, ou mesmo que alguém ou determinados sistemas exercem (BOURDIEU, 1989, p. 7-8).

⁸ A revolta no Haiti, também chamada de Revolta de São Domingos, ocorreu entre o final do século XVIII e início do XIX, colocando fim ao escravismo e tornando o país independente e, por conseguinte, se transformando na primeira República governada por descendentes de africanos.

O que a historiadora enuncia em sua obra, é uma problemática, segundo a qual, as autoridades da época acreditavam que o elemento africano não conseguiria passar da condição de escravo a assalariado – nesse ponto pode-se até especular as razões que levaram o escritor e político conservador Joé Martiniano de Alencar (1829-1877) a ser contra as medidas que o governo monárquico vinha apresentando para eliminar o escravismo no país⁹.

Sendo assim, finda a escravidão por concessão da Princesa Isabel, decisão essa que lhe valeu, por parte dos integrantes da Guarda Negra¹⁰, a defesa de seu reinado¹¹, conforme tese apresentada por Maria Tereza Chaves de Mello em seu trabalho **A república consentida** (2007, p. 20). Entretanto, o que posteriormente ficou evidente, é que a extinção da escravidão não deveria ter atingido somente o elemento africano, mas todos os dependentes do cativo. “Era necessária uma alforria mais geral: dos escravos, dos senhores, dos deserdados, dos libertos e dos homens livres, todos imersos no mesmo mundo da escravidão” (CARDOSO, 2013, p. 42).

Mas de qualquer forma, enquanto as autoridades debatiam o que fazer com os negros após a extinção do trabalho servil, a estrutura escravagista estava sendo alterada, já que muitos escravos conseguiam sobreviver trabalhando fora do seu cativo pagando aos seus senhores mensalmente o aluguel sobre a sua condição de escravo, porém, sem sofrer as sevícias que os escravagistas lhes aplicavam por qualquer falta, por mais simples que seja, conforme Machado de Assis apresenta no capítulo **O vergalho**, integrante do romance **Memórias póstumas de Brás Cubas** (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 100-101).

Essa temática do escravo que vivia sobre si, colocando em risco os significados sociais necessários à manutenção do escravismo, pode ser encontrada em vários momentos do romance naturalista **O cortiço** (2013) escrito e publicado

⁹ Para o autor do romance *O tronco do ipê* (2005), o contato do africano escravizado com o branco “civilizado” tiraria o primeiro da condição inferior e a escravidão seria eliminada a partir dessas relações paternalistas entre escravos e os escravagistas.

¹⁰ “A Guarda Negra [...] foi uma milícia política com ares religiosos. Seus membros comportavam-se como arruaceiros e tinham como principal foco de ação desestabilizar as conferências republicanas. Os republicanos consideravam os membros da Guarda Negra um bando de marginais liderados por negros ressentidos com sua inferioridade na sociedade carioca” (MEDRADO, 2012).

¹¹ Na ausência de D. Pedro II, a regente assinou vários decretos que minaram a instituição escravista.

por Aluísio Azevedo¹² [1857-1913] em 1890. O processo também é apontado por Sérgio Buarque de Holanda [1902-1982] como uma prática herdada da época colonial através dos “chamados ‘negros de ganhos’ ou ‘moços de ganho’ que trabalhavam mediante simples licença pelos senhores em benefício exclusivo destes” (HOLANDA, 2006, p. 59).

De acordo com Chalhoub,

[...] se o cativo se define como uma relação de sujeição e dependência pessoal, é razoável supor que uma pessoa que tenha autonomia de decisão quanto à moradia e aos seus meios de sustento não esteja sob o domínio de nenhum senhor. Torna-se claro, então, que escravos vivendo “sobre si” contribuísem para a falência de significados sociais essenciais à continuidade da instituição da escravidão. Os negros pressionavam para conseguir o direito de morar fora da casa dos senhores, pois percebiam tal conquista como um passo, ao mesmo simbólico, no caminho da liberdade. Neste contexto, a importância das habitações coletivas nas últimas décadas da escravidão começa a se evidenciar: para escravos, assim como para libertos e negros livres em geral, as alternativas viáveis de moradia na Corte¹³, no período, eram cada vez mais os cortiços e as casas de cômodos (CHALHOUB, 2011, p. 28).

Conforme o leitor avança no enredo formador de **O cortiço**, é possível detectar que os encortiçados se enquadravam nas chamadas **classes perigosas** compostas por grupos de indivíduos que viviam à margem da sociedade. Neste sentido, pobres e negros, alforriados ou não, compunham esse aglomerado de não cidadãos. Os primeiros carregariam consigo vícios que produziriam “[...] os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos” (CHALHOUB, 2011, p. 22).

Já os “[...] negros se tornaram suspeitos preferenciais também devido àquilo que os ex-senhores e atuais patrões imaginavam ser o caráter dos indivíduos

¹² A questão do papel que o escravo desempenhava na segunda metade do século XIX, principalmente na condição de ama de leite, é tratada também por Aluísio Azevedo em outro de seu romance Casa de pensão (1991).

¹³ “A palavra ‘corte’ significava tanto a residência física do imperador quanto a cúpula de uma elaborada hierarquia de privilégios. Na base da hierarquia estavam os fidalgos, de sangue nobre ou azul. Esse status podia ser herdado, obtido por nomeação a um das ordens de cavalaria ou adquirido por ordenação como oficial militar” (BARMAN, 2012, p. 28).

egressos do cativo¹⁴” (CHALHOUB, 2011, p. 24). É justamente essa visão, construída durante o período de escravidão sobre o elemento servil, que permeará, por exemplo, as personagens do romance **Clara dos Anjos** (2012), de Afonso de Lima Barreto¹⁵ (1881-1922) e também o escopo deste artigo no que diz respeito ao romance do jornalista carioca, Fernando Molica, **Bandeira negra, amor** (2005), cuja narrativa diz respeito à violência policial contra as populações mais desafortunadas da sociedade brasileira e, em geral, aos negros residentes nas favelas e palafitas – os cortiços do século XXI -, cujo preconceito, conforme trabalhos acadêmicos, a educação e as escolas brasileiras, de um modo geral, ainda não conseguiram eliminar. Uma dessas análises encontra-se no texto **Racismo e educação: um conflito constante** (2015) escrito pelas pesquisadoras Terezinha Bernardo e Regimeire Oliveira Maciel.

De acordo com a análise apresentada pela dupla, às instituições educacionais brasileiras deveriam criar diversas ferramentas e mecanismos para evitar que o racismo ocorresse no interior das unidades escolares, no entanto, o que se observa é o contrário: as relações existentes entre os corpos formadores de tais unidades públicas tendem a fortalecer o preconceito e o estigma racial. As autoras do estudo dizem que “as sutilezas do racismo no ambiente escolar podem ser captadas na esfera discursiva”, segundo os professores ouvidos pelas pesquisadoras. Eles relatavam: “[...] ‘aqui na minha escola não tem racismo, apenas *bullying* [grifo do original]” (BERNARDO, MACIEL, 2015, p. 197).

As autoras do estudo ressaltam ainda que no desenrolar das entrevistas, percebeu-se “uma confusão entre as diferentes formas de discriminação, generalizando-as como *bullying*”, que pode ser compreendida como uma “ação negativa, individual ou coletiva que exponha o outro” (2015, p. 197) durante o processo de interação social. Para a dupla de pesquisadores, o comportamento atribuído aos alunos como *bullying* desempenha “[...] algumas funções sociais, a saber:

¹⁴ No capítulo Um gatuno, do romance Esaú e Jacó, o escritor Machado de Assis faz alusão a essa visão construída sobre o negro. A narrativa enfoca o furto duma carteira, sendo que um negro é apontado como o autor da ação, mesmo este dizendo não haver furtado nada, pois era um homem livre (MACHADO DE ASSIS, 2012, p. 111-113).

¹⁵ O escritor “[...] procurou abranger em seus escritos as principais questões sociais, políticas e culturais do seu tempo” (GILENO, 2001, p. 125), entre elas a integração do negro na sociedade brasileira nas primeiras décadas republicanas.

descriminaliza o ato racista, reconstrói e reforça o mito da democracia racial (inexistência de racismo), desloca a discussão sobre o racismo e a própria legitimidade da Lei 10.369¹⁶” (BERNARDO e MACIEL, 2015, p. 198).

Os estereótipos e estigmas¹⁷, apontados pelas duas pesquisadoras dentro de cinco escolas paulistanas enfocadas pela pesquisa, podem ser encontrados também nos romances brasileiros contemporâneos, conforme nos explica Regina Dalcastagnè em seu trabalho **Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea** (2008). Ela conta que uma ampla análise, feita nos últimos anos do século XX e começo do XXI com romances das principais editoras do País, demonstra que aproximadamente 80% das personagens são brancas, proporção que aumenta quando o enfoque é dado sobre o narrador (2008, p. 87). Os dados sugerem

[...] outra ausência, desta vez temática, em nossa literatura: o racismo. Se é possível encontrar, aqui e ali, a reprodução paródica do discurso racista, com intenção crítica, ficam de fora a opressão cotidiana das populações negras e as barreiras que a discriminação impõe às suas trajetórias de vida. O mito, persistente, da “democracia racial” elimina tais questões dos discursos públicos, incluindo aí o do romance (DALCASTAGNÈ, 2008, p. 87).

Um dos romances analisados pela pesquisadora é o mesmo que elegemos como foco principal do presente trabalho: **Bandeira negra, amor** (2005), cujo enredo retrata o cotidiano numa comunidade carente em torno do morro do Borel, localizado no bairro da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro e os conflitos com a Polícia Militar. A narrativa de Molicca gira em torno do desaparecimento de três adolescentes, negros, que depois aparecem mortos, sendo que a autoria do triplo homicídio recai sobre a corporação.

Três jovens desaparecidos, levados em um carro da PM. Quando isso? Hoje de madrugada, na saída do baile do Borel. Estavam andando pela São Miguel, perto de uma birosca, ao lado da quadra, quase em frente ao Ciep. Os caras chegaram, deram uma dura, botaram os garotos dentro do carro, foram na direção do Alto. Já,

¹⁶ Essa lei é de 2003 e versa sobre a obrigatoriedade do ensino de história e das culturas africanas e afro-brasileiras nas escolas espalhadas pelo território nacional.

¹⁷ O termo estigma é aplicado aqui para compreender os indivíduos depreciados pelos seus pares em virtude dos atributos que possuem, seja de algum tipo de deficiência física, tonalidade da pele ou pertencimento social que podem distorcer os papéis que estes desempenham na sociedade.

já tinham conferido, ligado para a 19ª DP. Nenhum registro, os meninos não foram levados para a delegacia, sumiram com eles. A mãe de um é que ligou, chorava muito, coitada. Ela foi lá pro batalhão, na Barão de Mesquita: ela, a tia de outro garoto e a avó. A essa hora já devem estar lá. A essa hora – Frederico imaginava – a rua deveria estar sendo fechada. Tenta segurar os caras, Vlado. Segurar como? Os meninos não são bandidos um deles ia para a Inglaterra depois de amanhã, um empresário arrumou pra ele jogar lá. Tinha 16 anos, quer dizer, tem 15 anos, sei lá. Um garoto direito, bom de bola. Corre pra lá, vou ligar pro secretário [sic], pro comandante do batalhão. [...]. Vocês já ligaram para os jornais, para as TVs? (MOLICA, 2005, p. 18).

Embora a enunciação esteja no campo ficcional, sua leitura¹⁸, possibilita ao leitor compreender que a mesma reproduz o cotidiano de muitos indivíduos que habitam as regiões mais pobres das principais cidades brasileiras¹⁹, conforme nos relata Ettore Dias Medina em seu trabalho **Narrativa e testemunho como formas de elaborar a violência policial: sobre Amarido, Martiniano e outros trabalhadores** (2013). Em linhas gerais, ele analisa o desaparecimento do trabalhador Amarildo em uma favela carioca pacificada pela Polícia Militar por intermédio de uma UPP (Unidade de Polícia Pacificadora).

Diante do exposto até agora, fica evidente para nós que, a observação feita por Erving Goffman (1922-1982) sobre a produção de estigmas a partir dos relacionamentos sociais, nos permite compreender os intercâmbios definidos entre os aparelhos repressivos de Estado e as populações mais carentes da sociedade brasileira, incluindo os descendentes de escravos.

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com “outras pessoas” previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social” – para usar um termo melhor do que “**status social**” [grifos do original], já que nele se incluem atributos como

¹⁸ Segundo Marcel Proust (1871-1922), “[...] a leitura é para nós a iniciadora cujas chaves mágicas abrem no fundo de nós mesmos a porta das moradas onde não saberíamos penetrar [...]” (2011, p. 39).

¹⁹ Isso ocorre porque no texto fictício, “o raio da intenção detém-se nestes seres puramente intencionais, somente se referindo de um modo indireto – e isso nem em todos os casos – a qualquer tipo de realidade extraliterária” (ROSENFELD, 2011, p. 17).

“honestidade”, da mesma forma que atributos estruturais como “ocupação²⁰⁾” (GOFFMAN, 1980, p. 11-12).

Associando esses apontamentos com o fato de que nos enredos literários os negros não aparecem como protagonistas, nem como enunciadores, é possível apontarmos que a obra ficcional não problematiza a questão no que diz respeito à violência policial contra os descendentes de africanos, entretanto, é preciso levar em conta que “a representação é também parte da narrativa como instrumento de tensão entre o literário e o extraliterário. [...]. O esperado não é a exposição do conflito como tema, [...] mas, sim, a configuração da tensão na forma” (OLIVEIRA, 2005, p. 79).

Entretanto, deixando o âmbito da **forma** enquanto ferramenta da análise literária, devemos ressaltar que “negros e pobres são raros nos meios de comunicação de massa, que não são representados adequadamente nas telenovelas, que seus estereótipos passam invariavelmente pelo carnaval, pela vitimação, pela violência etc.” (OLIVEIRA, 2005, p.79). Embora a obra **Bandeira negra, amor**, cuja enunciação respalda nossa interpretação sobre o grau de relacionamento entre os aparelhos estatais de segurança e as populações carentes da sociedade brasileira, tenha sido publicado há uma década, ela nos possibilita observar que a situação continua a mesma na atualidade e, de certa forma, externando ficcionalmente uma realidade nacional estruturada em seu processo histórico e no destino encontrado pelos descendentes de escravos, personificados nas mais diversas formas de violência a que estão expostos, a exemplo do que acontecia no período do cativo, evidenciando que o sistema escravista manteve algumas de suas restrições mesmo após a extinção do escravismo, portanto, o negro alforriado não é um ser totalmente livre (MATTOSO, 2003, p. 200).

Esta percepção é apresentada no romance de Fernando Molica, porém, antes de adentrarmos no corpus da narrativa, entendemos haver a necessidade de destacar, do ponto de vista metodológico, de que maneira os integrantes das corporações militares podem ser enquadrados no âmbito analítico. Tais

²⁰ É importante ressaltar que, em meados do século XIX, muitos africanos libertados pelos seus proprietários ao caminharem pelas ruas e praças das grandes cidades brasileiras precisavam estar sempre com as cartas de alforrias, do contrário, poderiam ser presos e classificados como escravos fugitivos.

apontamentos são importantes para evidenciar o nível de relacionamento entre a instituição militar e as pessoas²¹, ou seja, entre os militares e os civis, bem como os tratamentos dispensados às duas categorias, mesmo aqueles praticados por soldados oriundos do mesmo universo social do indivíduo que é abordado pelas blitz.

Militares enquanto categoria social

Para o escopo deste trabalho, compreendemos os militares como integrantes de uma categoria social semelhante à **intelligentsia**²² - conceito criado por Karl Mannheim (1893-1947) que buscava uma ferramenta metodológica que lhe possibilitasse compreender o desenvolvimento da sociedade industrial e o surgimento de governos totalitários nas primeiras décadas do século XX e classificar os indivíduos pertencentes a um estrato social que os desvinculasse de qualquer classe social, já que seriam recrutados numa área mais extensa da vida social.

Sem dúvida, ocorre que grande parte de nossos intelectuais provém dos estratos rentistas, cujos rendimentos derivam direta ou indiretamente de aluguéis e juros sobre investimentos. Mas, nesse caso, certos grupos de funcionários e das chamadas profissões liberais seriam igualmente membros da **intelligentsia** [grifo do original]. Entretanto, um exame mais próximo da base social destes estratos mostrará que são menos claramente identificados a uma classe do que aqueles que participam mais diretamente no processo econômico (MANNHEIM, 1986, p. 180).

Portanto, esses indivíduos seriam “independentes, autônomos, desvinculados, ‘livremente flutuantes’[...]” e, em função dessa especificidade estariam “destinados a realizar a grandiosa tarefa da síntese dinâmica e da conciliação entre os vários pontos de vista” (LÖWY, 1988, p. 84). É justamente essa especificidade, ou seja, a desvinculação das vertentes sociais, já que no interior da

²¹ É interessante notar como o soldado Alexandre é apresentado no romance *O cortiço* (2013), de Aluísio Azevedo. Embora residisse no cortiço e integrasse as chamadas classes perigosas, sempre vestia a farda quando ia resolver, junto com seus parceiros encortiçados, qualquer problema relativo aos moradores. Machado de Assis, no conto *O espelho* (1997) aborda de forma metafórica a importância que a indumentária militar tem para aqueles que a vestem.

²² A palavra é utilizada pelo escritor russo Anton Tchekhov (1860-1904) nas cartas que encaminhava ao seu editor para descrever os intelectuais (TCHEKHOV, 2011, p.253-271) e sugerida à Mannheim pelo seu amigo Alfred Weber (MAZUCATO, 2014, p. 55-60).

camada de intelectuais existem indivíduos oriundos de várias classes sociais, que possibilita a livre flutuação. Outro ponto a ser ressaltado

[...] é que, independentemente de sua origem de classe, o intelectual vive dentro de uma certa comunidade com outros intelectuais vindos de outras classes e essa comunidade lhes permite a formação de uma espécie de ponto de vista comum. Portanto, segundo Mannheim, o dever do intelectual não é o de se transformar em porta-voz de tal ou qual classe social, como acontece muitas vezes, mas de tomar consciência de sua própria missão, de sua “predestinação a tornar-se o advogado dos interesses espirituais do conjunto da sociedade”. [...]. (LÖWY, 1988, p. 84).

As observações de Mannheim sobre o papel dos intelectuais podem ser deslocadas para o âmbito da Polícia Militar, porque, a exemplo dos integrantes daquela camada, conforme apontados pelo sociólogo alemão, os membros das Forças Armadas, e aí a PM enquanto integrante desse segmento segue o mesmo perfil de recrutamento, são oriundos dos mais diversos estratos sociais que, após a incorporação à unidade, desvinculam-se de suas condições classistas. Mas também são funcionários do Estado e compõem as instituições responsáveis pelo combate ao crime, levando segurança à população²³ e não impondo o terror por intermédio de práticas de torturas, humilhações e outros tipos de violência. Atitudes que tornam a segurança pública uma questão emblemática na sociedade brasileira, cujas soluções devem passar

[...] pelo fortalecimento da capacidade do Estado em gerir a violência, pela retomada da capacidade gerencial no âmbito das políticas públicas de segurança, mas também devem passar pelo alongamento dos pontos de contatos das instituições públicas com a sociedade civil [...]. (SOUZA, 2009, p. 11).

Voltando o foco para a questão dos militares enquanto componentes de uma categoria social específica, ou seja, “de uma camada relativamente sem posição de classe (**Klassenlose**) [grifo do original], desprovida de vínculos sólidos com o espaço social e à margem da produção” (LÖWY, 1987, p. 83-84), uma análise sobre

²³ Artigo 144 da Constituição Federal: “A segurança pública, dever do Estado, é exercida e reponsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]” (2005, p. 103).

a origem social dos integrantes das corporações militares foi feita pela socióloga Heloisa Fernandes em sua obra **Os militares como categoria social** (1979).

De acordo com o que apontamos acima, os sujeitos incorporados pelas Forças Armadas – Exército, Marinha, Aeronáutica e Política Militar – são funcionários estatais e neste sentido, as condições de trabalho mantem-se atadas à ideologia do Estado, ou seja, acima das classes, representantes do interesse do povo, etc. (FERNANDES, 1979, p. 179). Segundo Heloísa Fernandes

[...] a ideologia do Estado determina a forma da representação dos quadros subalternos desta categoria de modo a deslocar a própria tensão desta conjuntura encapsulando os conflitos. O “patrão” aparece descentrado na figura indeterminada e abstrata do O POVO. Do mesmo modo, pela mediação da ideologia do Estado, a categoria permanece unificada: **o nós** é a própria instituição: a “nossa Força Pública”, representada, praticamente, como pessoa (FERNANDES, 1979, p. 182).

Desta forma, o conceito de categoria social usado neste trabalho retém uma questão exteriorizada a partir de uma diferença. Ele guarda, de acordo com Heloisa Fernandes, “[...] a representação do Estado como ‘o outro’. Ou seja, conceito mesmo de categoria social só é possível porque retém – como aquilo que o especifica – sua diferença (alteridade) frente a outro conceito: o de sociedade” (FERNANDES, 1979, p. 15).

Estado e sociedade são duas entidades que podem parecer divergentes, no entanto, o primeiro não pode ser organizado “[...] senão em conformidade com as tendências da sociedade, mas pode ser levado a privilegiar uma ou outra direção, conforme os desígnios dos que detém o poder” (IANNI, 1989, p. 7). Embora possa haver essa convergência entre Estado e Sociedade, ressalta-se que em determinado momento, o primeiro se divorcia do segundo, fazendo com que seja utilizado pelas forças que disputam os principais assentos na sua estrutura governamental e de poder, conforme Karl Marx aponta em sua obra **A ideologia alemã** (1987).

Em virtude dessa peculiaridade, o Estado, ente abstrato, aparece de uma forma para os indivíduos que o constroem a partir da sociedade, porém, mantendo uma essência totalmente diferente do que é observado pelos homens em suas práticas cotidianas, como por exemplo, o agir dos integrantes das corporações militares, reproduzindo desta forma, o que pensam as instituições encarregadas pela

segurança que, segundo Luís Antonio Francisco de Souza, são “desnecessariamente violentas, discriminatórias e ineficazes” (SOUZA, 2009, p. 30). Desta forma, é possível observarmos que muitos atos de violência, sejam eles físicos ou simbólicos, praticados por policiais militares no exercício de suas funções, acabam sendo, conforme Fernando Molica nos mostra em sua narrativa, absorvidos pela corporação como um todo.

De qualquer forma, a abordagem feita pela socióloga Heloisa Fernandes diz respeito à PM paulista, todavia, “com a abertura democrática, ver-se-á que a formação da PM foi unificada em todo o Brasil e um dos principais pontos foi a formação dos currículos dos cursos policiais com a inserção de disciplinas de cunho humanista” (FRANÇA, 2012, p. 448), podemos até apontar alguns elementos complexos entre a relação da instituição militar – mesmo que seus integrantes tenham origem nas camadas mais baixas da sociedade - com a população, principalmente aquela de baixa renda²⁴, conforme a narrativa ficcional de Molica nos apresenta, por exemplo, no capítulo **Duelos** que será analisado mais adiante. Para o momento, basta dizer que o enredo enfoca uma abordagem feita por policiais militares tendo como protagonista a personagem Fred, advogado e ativista negro.

- O senhor faça o favor de sair com calma, sem movimentos bruscos.

O tratamento que poderia indicar respeito – senhor, faça o favor – apenas reafirma o óbvio. Negro **naquela** hora, **naquele** carro, **naquele** lugar, era suspeito. Suspeito de alguma coisa, de qualquer coisa. Suspeito ainda que, como agora, aos olhos de um soldado ainda mais preto que ele. Evitara escurecer os vidros do carro para não ter problemas com a polícia – ao não verem o motorista, os policiais tenderiam a parar o carro com maior frequência. Errara, tinha certeza. Melhor não ser visto do que ser notado todas as vezes. Com os vidros escurecidos, teria ao menos o benefício da dúvida. Assim, desprotegido, transparente, era sempre visto, muitas vezes parado. Um negro **naquele** carro, algo **deveria** estar errado; pelo menos, **poderia** estar errado. Destravou o cinto de segurança devagar, abriu a porta do carro, saltou [grifos do original] (MOLICA, 2005, p. 85).

²⁴ O historiador André Rosemberg (2009) realizou pesquisa enfatizando a origem social dos integrantes do Corpo Policial Permanente de São Paulo – atual Polícia Militar do Estado de São Paulo – no final do Império.

Conforme apontamos em outro momento (SANTOS, 2015, p. 94), só esse capítulo vale uma reflexão à parte, principalmente porque o narrador – na terceira pessoa do singular - ressaltou o pertencimento étnico de um dos soldados que participava da blitz na qual a personagem Fred foi abordada. Esse detalhe pode nos levar num outro eixo analítico enfocando os papéis que os indivíduos representam na sociedade. Nesta chave interpretativa, a representação diz respeito

[...] a toda a atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência. Será convincente denominar de fachada à parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação. Fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação (GOFFMAN, 1985, p. 29).

As observações expostas acima não se encontram no corpus do enredo, já que

[...] qualquer narrativa de ficção é necessariamente e fatalmente rápida porque, ao construir um mundo que inclui uma multiplicidade de acontecimentos e de personagens, não pode dizer tudo sobre esse mundo. Alude a ele e pede ao leitor que preencha toda uma série de lacunas. Afinal [...], todo texto é uma máquina preguiçosa pedindo ao leitor que faça uma parte do seu trabalho (ECO, 1994, p. 9).

Sendo assim, como os leitores do romance enfatizado neste trabalho preencheriam as lacunas dessa “máquina ferramenta” ficcional que apresenta a questão sobre violência policial contra as populações mais carentes das cidades brasileiras, porém não a problematiza? Tentar responder a essa interpelação é o nosso objetivo no corpus das enunciações que se seguem. Usaremos um romance, por o considerarmos, dentro de suas objetividades, como um gênero que possibilita profundas reflexões sobre a sociedade retratada em suas enunciações (BAKHTIN, 1988, p. 400), mesmo que a obra não tenha sido elaborada com esse objetivo, pois “[...] como qualquer criação artística ele impõe artifício, quer dizer, simplificação, quer dizer, escolha” (HOLANDA, 1978, p. 62).

Da ficção à realidade

Várias obras e trabalhos acadêmicos, como livros-reportagens, por exemplo, **Abusado: o dono do morro Dona Marta** (2009) escrito pelo jornalista Caco Barcelos, nos quais encontramos análises e relatos de moradores dando conta da truculência e violência da Polícia Militar em diversos momentos de seus cotidianos. É o que nos conta o antropólogo Marcus Cardoso em seu texto **Polícia e direitos na visão dos moradores de duas favelas do Rio de Janeiro** (2012). O seu estudo se detém em duas favelas cariocas – Pavão e Pavãozinho -, porém, é possível compreender que o tratamento dispensado pelos soldados da Polícia Militar Fluminense às duas populações segue o mesmo ritual, em que o desrespeito aos direitos de todos os cidadãos é nuançado. Segundo Cardoso, os relatos dos moradores são idênticos em suas estruturas, sendo que aqueles contra os policiais são semelhantes e as

[...] que surgem com maior frequência são acusações de existência de práticas corruptas por parte dos policiais, uso de violência abusiva indiscriminada, incapacidade de diferenciar indivíduos do movimento [criminosos] das pessoas de bem [trabalhadores], utilização de procedimentos que ameaçam a integridade física dos moradores e execuções (CARDOSO, 2012, p. 495).

Essa distinção é o que a personagem Fred, do romance **Bandeira negra, amor**, reclama, quando é parado numa blitz policial no capítulo **Duelos** que iniciamos a análise acima. Quando ele deixa o interior do seu automóvel e o soldado lhe pede que coloque as mãos sobre o capô do veículo, antes mesmo de passar pelo procedimento – tido pela corporação como “procedimento padrão” - ele se identifica objetivando não ser comparado com marginais e ser obrigado a passar pela revista policial.

De frente para o soldado, que recuara dois passos, Fred mirou nos seus olhos. Levou as mãos até a altura da boca, apertou uma contra a outra, levantou a voz. Não iria se virar, não ia colocar as mãos em cima do capô do carro, não era bandido, exigia respeito, não iria ser humilhado no meio da rua, fazia questão de falar com o oficial responsável pela operação.

- Sou um cidadão, um advogado que merece ser tratado com dignidade! – Por um momento, Fred achou que o soldado poderia acionar o gatilho. Ou ele ou um colega parado na frente do carro. Um tiro que fizesse calar aquele crioulo folgado, que restabelecesse a ordem naquela operação, que mostrasse quem é que mandava ali. Mas o soldado permaneceu imóvel, a mão direita apertada contra a arma, apontada para o chão. Parecia surpreso pela reação daquele neguinho abusado. Na dúvida, chamou o oficial.
 - Tenente! Por favor, tenente! O **pastor** aqui tá meio estressado... [grifo do original] (MOLICA, 2005, p. 86).

Em linhas gerais, pode-se dizer que não havia nada de errado no procedimento do policial até ele adjetivar Fred como sendo um **pastor**, mesmo este tendo se identificado como **advogado**. A definição como líder religioso valeu a seguinte reflexão por parte da personagem, segundo o narrador, que poderia ter perdido a razão e alvejado por um tiro.

Mas, merda, até quando seria tratado assim? Até quando seria obrigado a falar grosso, invocar a condição de advogado, a ter que impor diante de um policial? Até quando a paciência para aguentar ironia, ser chamado de pastor – negro de gravata, carro novo, só pode ser pastor. Até quando seria constrangido a dar passagem, abrir caminho para alguém mais forte, mais poderoso? Por que a necessidade de ter que reafirmar, o tempo todo, que não era bandido, que podia ter carro, que tinha dinheiro para comprar **aquele** [grifo do original] carro? (MOLICA, 2005, p. 88).

As interpelações que a personagem formula, solitariamente no interior do seu automóvel, podem encontrar respostas no passado brasileiro, mas especificamente nas distinções que as autoridades faziam entre um escravo e o negro alforriado. Este é, por exemplo, o destino que a personagem Bertoleza, do romance **O cortiço** (2013) tem quando João Romão desaparece com o documento que confirmava ser ela uma liberta. Sendo assim, todos africanos livres, ao andarem pelas ruas dos centros urbanos, tinham que estar de posse da carta indicando que eram forros, já que eram parados constantemente para suas condições serem averiguadas. Desta forma, foi se constituindo a cidade que desconfiava e que para desconfiar, transformava todos os grupos em suspeitos (CHALHOUB, 1988, p. 91), mais especificamente os descendentes de africanos e escravos.

Essa era uma atitude típica do Brasil Oitocentista, todavia, como a educação oferecida naquele período e posteriormente, tanto aos alforriados como aos pobres,

não objetivava formar cidadãos, o comportamento se enraizou, ganhando corpo dentro das corporações responsáveis por garantir segurança aos indivíduos e, neste sentido, o negro continua, a exemplo do que aconteceu nos limiões do fim do escravismo, a ser o indivíduo pertencente às **classes perigosas**, portanto, “suspeito”. É o que comprova Douglas Martins de Souza em sua pesquisa **Segurança pública e racismo institucional** (2005). Segundo ele, os dados da pesquisa realidade pela Fundação Perseu Abramo apontam que,

[...] dos entrevistados que foram discriminados por policiais por causa de sua raça ou cor, 69% o foram por policiais militares, 23% pela Polícia Civil, 2% por atendentes e 5% não responderam. Esse é outro dado importante. A identificação da Polícia Militar como a que mais discrimina torna mais grave a situação quando consideramos que esta corporação exerce policiamento preventivo muitas vezes ostensivo e com técnicas de abordagem ao cidadão comum que se erigem em referência (SOUZA, 2005, p. 72-73).

A pesquisa que Souza retira os dados foi realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA) e ouviu 5.003 pessoas objetivando aferir o nível de racismo na sociedade brasileira, com desdobramentos para o âmbito da violência policial e racismo. A partir dos números apresentados, ele conclui que o brasileiro convive

[...] com estigmas inadmissíveis, como, por exemplo, a chamada “cor padrão” utilizada pela Polícia Militar carioca para identificar suspeitos, segundo reiteradas denúncias das organizações de direitos humanos naquele estado. Tais distorções não são apenas injuriosas, são letais. Conduzem a execuções como a do dentista Flávio Santana, em São Paulo, ou a do soldado do Exército Wallace Paiva, no Rio de Janeiro, ambos mortos por serem negros²⁵. O caso Wallace é, até mesmo, objeto de denúncia do Brasil por grave violação de direitos humanos na Comissão Internacional de Direitos Humanos das Organizações dos Estados Americanos (SOUZA, 2005, p. 73).

²⁵ O dentista Flávio Santana foi morto no dia 03 de fevereiro de 2004, após Antonio Alves dos Anjos - vítima de assalto – ter apontado o rapaz, que era negro, a três policiais como provável autor do crime. Os soldados abordaram Santana, que não estava armado, e o executaram com dois tiros no peito. Após o ocorrido, tentaram forjar uma prova do crime, colocando ao lado do corpo da vítima, uma pistola. Já o soldado o Exército, Wallace Almeida, que morava no Morro da Babilônia no Rio de Janeiro, foi morto no dia 13 de setembro de 1998. A ação que vitimou Almeida, era negro, fora comandada pelo Tenente da PM, Busnello, tido por muito integrantes daquela região, como policial violento e truculento.

Esse é o mundo real, mas voltando ao universo ficcional, em que o escritor usa os elementos, pessoas, fatos e acontecimentos que dispõem a sua volta, semelhante ao “[...] cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 1994, p. 223), podemos dizer que o destino da personagem Frederico poderia ser o mesmo que o do dentista paulistano Flávio e o soldado do Exército, Wallace. Mas os três adolescentes que dão ritmo ao enredo analisado, não tiveram a mesma sorte do advogado e militante da causa negra.

Lelé chorava baixinho. Fazia força para não gritar, para não transformar em choro aberto aquele quase-ganido que vinha como que da barriga e subia até a garganta, até o alto da garganta. Lá, queria sair, virar berro, dizer tá doendo porra tá doendo muito chega já tá bom vocês esculacharam agora deixa a gente sair correr na moral a gente vai ficar quieto a gente não tem nada a ver a gente não vai sacanear ninguém tá doendo tá doendo. Lelé sabia que não ia adiantar nada, que chorar, que gritar, só ia fazer com que demorasse ainda mais. E era melhor que terminasse logo. Acabar logo aquela dor, acabar logo aquilo tudo. [...]. Este chão machuca, os filhos-da-puta pegaram meu tênis, pegaram minha roupa, minha bermuda, logo aquela bermuda, aquela toda preta, nem terminei de pagar, agora que se foda, agora que eles não vão mais receber a grana, bem-feito, me sacanearam, acharam que eu não tinha grana para pagar, quero ver receber o que falta. Tá quente, mas tô com frio, os caras me tomaram até a camisa, porra mermão a camisa é velha tá meio caída deixa eu ficar com ela minha tia é que me deu. Deve ser por isso que tô com frio. Frio nada, tô é com medo. Tá doendo, acho que meu pé tá quebrado, quero parar de andar, cadê o Serrote, cadê o Bronha, quem é que tá lá na frente, quem é que tá atrás de mim? Esse choro alto deve ser do Serrote, coitado, ele grita que grita, diz que troca de lado, diz que tem coisa pra contar, diz que entrega, que faz o que mandar ele fazer. Mas os caras nem aí, só batem, só quebram. Pára de gritar Serrote tu então é que não tem saída eles sabem da tua parada sabem do que tu fazia do que tu armava com quem tu andava. Pára de gritar porra. Pena que não posso gritar, só posso pensar, se eu gritar eles me quebram mais, e eu não quero mais apanhar, só quero que isso termine, que acabe. [...], eu quero saber do Bronha cadê o Bronha coitado dele então. Agora que ele ia se dar bem, ganhar grana, se mandar desta merda. É ele que deve estar gritando lá na frente, que dá dinheiro, que tem jogo, que tem como armar uma parada. Perdeu, Bronha, o alemão quebrou teu joelho, perdeu, perdeu. Arrebentaram teu joelho, bródi. Mesmo que tu escape, tu tá fodido, não dá mais pra tu correr, pra jogar bola. E claro que quebrou, aquele barulho é de que quebrou. Coronha de AR quebra, arrebenta, doeu em mim,

não ia doer em tu cara? Os caras vão terminar de quebrar a gente perdeu. Os caras vão terminar de quebrar a gente. Agora falta pouco, cara. Dói dói pra caralho dói. Vai acabar, deve ser aqui, aqui tem pouco mato, acho que já vim aqui (MOLICA, 2005, p. 9-11).

É assim que começa o romance, com o narrador descrevendo como os três adolescentes foram espancados e mortos. A enunciação é a partir do ponto de vista de uma das personagens torturadas e assassinadas em seguida. Todavia, inicialmente pelo relato na terceira pessoa do singular, não é possível identificar se os autores do triplo assassinato ficcional são mesmos os policiais, exceto pelo termo “alemão” que compõe o discurso de um dos adolescentes. No entanto, conforme o leitor avança na leitura, ficará evidente que as três vítimas foram vistas pela última vez entrando numa viatura da Polícia Militar. A enunciação detalha o nível de violência que os três adolescentes negros estiveram expostos quando se encontravam de posse de seus algozes, o que nos leva a concordar com Octávio Ianni quando este afirma que por meio de

[...] vários aspectos, os atos de violência revelam aspectos recônditos, insuspeitados e fundamentais de como se formam e transformam os jogos de forças sociais, as tramas das formas de sociabilidade, levando indivíduos e coletividades como em um vendaval em fúria (2002, p. 9).

Retornando o romance, os três corpos, que apresentavam sinais de tortura e alvejados por muitos tiros, foram encontrados na manhã seguinte em uma floresta da Tijuca por um grupo de turistas. O advogado do Núcleo de Articulação Comunitária não compreendia o motivo de tanta crueldade, mesmo que um deles tivesse um pequeno envolvimento com o tráfico de drogas, nada justificaria tanta violência. Para ele, a execução tinha sido obra de Policiais Militares e fez tal afirmação durante entrevista a uma rede de televisão, mesmo sendo alertado por uma companheira de escritório.

- Eu fico preocupada, sabe? Vi você na TV, agora à noite, você pegou pesado, responsabilizou a PM... Fred, você sabe que não existe nenhuma prova, até agora vocês só têm aquela testemunha, uma testemunha anônima, que sequer apareceu para depor.

- O cara tá com medo de morrer, Carla. Você pensa que é assim? O sujeito aparece, diz que viu os PMs pegarem os garotos. O cara mora na favela, tem mulher, tem filho...
- Carla interrompeu suas justificativas:
- Sei, sei, mas mesmo assim eu acho que você deveria ter mais cuidado, qualquer hora você vira alvo dos caras, isso se não ganhar um processo (MOLICA, 2005, 31).

Essa é parte ficcional de um enredo cuja narrativa se assemelha ao plano concreto da existência dos cidadãos, conforme Marcus Cardoso (2012) aponta em seus trabalhos sobre o relacionamento entre a população favelada e muitos dos policiais militares. Neste sentido, o romance, mesmo não problematizando a questão, apresenta aos seus leitores, elementos que os possibilitem vislumbrarem o cotidiano dos pobres que residem em regiões degradadas e dos descendentes de escravos. O romancista-jornalista carioca Fernando Molica (2005) consegue atingir esse propósito porque “[...] o poeta só é poeta porque se vê cercado de figuras que vivem e atuam diante dele e em cujo ser mais íntimo seu olhar penetra” (NIEZSTICHE, 1992, p. 59), portanto, suas enunciações estão associadas a situações concretas de várias cidades brasileiras.

Diante das acusações de que o triplo homicídio tinha sido praticado por policiais militares, a corporação tinha que dar respostas à sociedade. Para tanto, foi escalada para dar esclarecimentos à imprensa a Major Beatriz Ferreira²⁶, que mantinha um relacionamento sentimental e inter-racial – ela era branca, ele negro - com o bacharel em Direito Frederico, que defendia a família dos três adolescentes assassinados. De acordo com a enunciação ficcional, ela passou

[...] o dia repetindo as mesmas informações para os repórteres: a corporação não admitia desvios de conduta, o caso dos três rapazes seria apurado, a corregedoria já solicitara ao comandante do batalhão da área a lista dos policiais que estavam de serviço na noite de domingo, não haveria qualquer tipo de proteção a PMs, é preciso apurar com cuidado para que não seja cometidas injustiças. Frases pronunciadas de forma quase mecânica, sem emoção. Os novos tempos tinham praticamente abolido o uso de chavões militares – nada de solução de continuidade, elemento, positivo e operante -, o treinamento para os oficiais encarregados da

²⁶ O ingresso de mulheres na corporação militar – Polícia Militar -, mas especificamente a partir da patente de oficial, tem ocorrido mais para exercer as funções designadas como atividade-meio e não atividades-fim da PM. Por exemplo, na mediação de conflitos e atendimento a imprensa (OLIVEIRA e FERREIRA, 2013), como a condição da Major Ferreira personagem do romance em tela.

comunicação social passara a enfatizar a necessidade de uso de uma linguagem e de uma postura mais informais. Converse com a câmera, com o telespectador, repetiram os instrutores do curso que fora obrigada a fazer (MOLICA, 2005, p. 44).

Pelas informações fornecidas à imprensa através da oficial Ferreira - ou simplesmente Bia para o seu namorado, o advogado Fred -, tudo indicava que, caso os soldados tivessem mesmo cometido o crime, estes – que já estavam suspensos do patrulhamento externo - seriam punidos em virtude de vários fatores, entre eles os de serem representantes do Estado e, como tal, deveriam respeitar os direitos de cada pessoa e à preservação da dignidade humana, e não consubstanciando a função com o exercício da força, espalhando violência e terror nas áreas em que estão atuando. Desta forma, o policial deve “agir dentro dos limites legais e utilizar a arma em circunstâncias extremamente necessárias para a proteção da vida desse profissional e de outras pessoas” (CERQUEIRA, 2006, p. 116).

Se por um lado, o setor de comunicação da PM divulgava a informação, por outro, o ativista conseguia uma testemunha que dizia ter visto a ação dos policiais que ceifou a vida dos adolescentes, contudo, jamais repassaria essa informação ou testemunhar contra os soldados. O seu temor, segundo o narrador, era de que, na condição de morador do morro, futuramente poderia sofrer represálias desses PMs ou mesmo de outros integrantes da corporação. Sem uma testemunha, restou ao advogado repassar a notícia à sua namorada, acreditando que as provas do triplo latrocínio cometido pelos policiais apareceriam e os assassinos punidos (MOLICA, 2005, p. 149-154).

De posse do relato de Fred, Beatriz confrontando-o com as informações que a polícia dispunha, concluiu que os patrulheiros não eram os autores do triplo latrocínio e tortura. Eles apenas foram os agentes que conduziram as vítimas até os seus algozes, o que não deixa de ser crime, pois “[...] a polícia aplica a lei e faz cumprir a lei, com o objetivo de prevenir e detectar o crime, manter a ordem social e proteger os direitos humanos” (CERQUEIRA, 2006, p. 96).

- Pois é, [...]. A história faz sentido. A testemunha deve ter falado a verdade quando disse que viu três rapazes saírem de um carro da polícia lá no morro da Formiga [também no bairro da Tijuca]. Os PMs pegaram os garotos no Borel, mas não mataram nenhum

deles. Levaram os caras de presente para os traficantes da Formiga. Entrega em domicílio, um presente atrasado de Natal. Segundo a sua testemunha, nesse momento eles entregaram os garotos e as armas (MOLICA, 2005, p. 157).

Diante da constatação, a Major teria agora outro desafio: informar aos seus superiores a conclusão a que chegara, entretanto, como comprovar tais fatos, já que a testemunha sumira e ela obtivera a informação de seu namorado, advogado e ativista negro que nas horas vagas, adorava “[...] descer o cacete e sentar na corporação. E que o tal amigo conheceu um sujeito, morador do morro da Formiga, que contou o que viu, mas não quer se identificar” (MOLICA, 2005, p. 158).

De qualquer forma, Beatriz comunicou os fatos ao comandante da PM, inclusive lembrando que o batalhão há um ano abriu sindicância para investigar denúncias de que policiais militares estariam fornecendo armas para os traficantes do morro da Formiga (MOLICA, 2005, p. 159). O coronel, mesmo acreditando nos relatos da oficial, lhe afiançou haver a necessidade de se investigar mais o caso, para evitar precipitações. Entretanto, a Major temia que os soldados voltassem ao patrulhamento e coagissem os moradores do morro. Essa era uma preocupação no mundo ficcional, mas que se encaixa perfeitamente nos relatos coletados pelo antropólogo Marcus Cardoso em vários de seus trabalhos, inclusive no que baseamos para fazer a análise desse romance: **Polícia e direitos na visão dos moradores de duas favelas do Rio de Janeiro** (2012).

Para evitar que os temores de Beatriz se tornasse realidade, o comandante determinou que os policiais, acusados pelo crime, não voltassem às ruas e ficassem fazendo trabalho interno no Batalhão. “- É melhor que fiquem por lá, acho que isto vai facilitar a investigação, ainda mais agora, com esses novos elementos. Vamos ver o que dá para ser feito a partir dessas novas informações” (MOLICA, 2005, p. 161). A enunciação levará o leitor até o IPM (Inquérito Policial Militar) que, por falta de provas, inocentou os dois policiais militares da acusação de sequestro. Isso ocorreu porque a testemunha que Fred dizia ter, realmente não apareceu para confirmar a história.

A investigação, rapidíssima para os padrões da polícia levava em conta os indícios que a oficial levantara. CD com as imagens do trajeto da 5387 foi analisado, a hipótese de culpa dos patrulheiros

não tinha sido descartada de início. O problema, apontou o responsável pela investigação, era a falta de testemunhas de acusação: os PMs tinham um bom álibi para sua presença no morro, a história de uma festa, um churrasco bancado por traficantes em que estaria havendo consumo de drogas em vias públicas. Não fora difícil para o advogado dos policiais conseguir testemunhas que aceitassem transformar em fato um episódio que até então ocorrera na imaginação dos acusados: elas contaram detalhes do churrasco, da festa, da distribuição de cocaína para alguns moradores. A versão dos PMs para o passeio da 5387 era a única confirmada por pessoas com nome, idade, profissão e endereço. Era, portanto, a que valia. (MOLICA, 2005, p. 193).

Considerações finais

No plano ficcional, mesmo com diversas evidências, porém, sem provas testemunhais, os Policiais Militares, acusados de sequestrarem três adolescentes negros numa comunidade pobre da cidade do Rio de Janeiro e entregá-los à traficantes de outro morro, foram inocentados, portanto, aptos a voltarem para o trabalho nas ruas e continuarem suas práticas de desrespeitos aos direitos humanos²⁷ que são originários da “dignidade e dos valores inerentes à pessoa humana, e esses são universais, inalienáveis e igualitários. Isso significa que são inerentes a cada ser humano, não podem ser tirados ou alienados por qualquer pessoa” (CERQUEIRA, 2006, p. 91), no mundo real, conforme vários relatos e pesquisas realizadas ao longo das últimas décadas, a situação não é diferente, ou seja, muitos policiais cometem abusos durante o exercício profissional e acabam usando a corporação para dirimirem seus abusos, todavia, na condição de funcionários estatais, cabe ao padrão-Estado controlar os seus agentes de segurança, através de órgão externo, objetivando eliminar os desvios. Isso pode ser feito, não somente através de mecanismos criados pelos próprios aparelhos de segurança como as corregedorias, mas também desenvolvendo currículos e avaliações eficazes visando a formação de policiais, tornando-os cidadãos responsáveis na prestação do serviço à coletividade (CERQUEIRA, 2006, p. 90).

De qualquer forma, sabe-se que há excessos de diversos soldados durante a execução de suas atividades e estes, conforme levantamentos realizados por diversas instituições e fundações como a Perseu Abramo, são em sua maioria, contra a

27 - “Uma das razões de os policiais serem tão reservados a respeito do conceito de direitos humanos é que, quando se fala em direitos humanos, parece que se está mais voltado à proteção dos criminosos que à das vítimas” (CERQUEIRA, 2006, p. 94).

população de baixa renda e descendentes de africanos, porém, conforme nos diz Douglas Martins de Souza (2005, p. 73), não se pode estender tal análise a toda a Polícia Militar enquanto instituição pública encarregada de garantir segurança à população como um todo. Entretanto, é importante que a corporação adote “programas de formação dos quadros policiais para compreensão da diversidade étnico-racial e promoção da igualdade e combate ao racismo” (SOUZA, 2005, p. 75). Para Souza, essa medida “é fundamental para a justa compreensão do **meio** em que se desenvolve as políticas de segurança pública [grifo do original]” (2005, p. 75).

É importante ressaltar que nos cursos de Formação de Oficiais das Polícias Militares já existem disciplinas voltadas para essa peculiaridade, porém, relatos coletados pelo sociólogo Fábio Gomes de França (2012) dão conta de que sua eficácia pedagógica se perde na prática cotidiana da formação do cadete, se esvaindo antes de ser absorvida pelos soldados, cabos e sargentos. “Os Direitos Humanos passaram a ser utilizados na formação da PM como disciplina formativa através de novos conceitos pedagógicos que não mais se resumiam a disciplinas meramente policiais militares” (FRANÇA, 2012, p. 452).

Desta forma, torna-se desafio para o Brasil, que tem aproximadamente meio milhão de pessoas atuando nos serviços públicos de segurança – profissionais armados e equipados e com certa autonomia para interpretar as leis e aplicá-las (TSONODA e BORGES, 2009, p. 73) -, eliminar a cultura policial enraizada desde a época da ditadura.

Nos últimos vinte anos, o debate sobre as mortes ocorridas em ações da Polícia Militar foi pautado pela tese da persistência do autoritarismo, pela impunidade proporcionada pela Justiça Militar, pela suposta legitimação das ações violentas da polícia por parte do público e pela necessidade de julgamento dos policiais considerados violentos. Nos anos 90, houve considerável esforço para que o julgamento da justiça militar fosse transferido para a justiça comum (SOUZA e BORGES, 2009, p. 81-82).

Referencias Bibliográficas

ALENCAR, José de. **O tronco do ipê**. 16ª ed. São Paulo: Ática, 2005. (Série Bom Livro).

AZEVEDO, Aluísio. **Casa de pensão**. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1991. (Série Bom Livro) [1884].

_____. **O cortiço**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013 (Coleção L&PM POCKET, v. 103). [1890]

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Prefácio de Peter Eisenberg. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética: teoria do romance**. São Paulo: Editora da UNESP; Hucitec, 1988.

BARMAN, Roderick J. **Imperador cidadão e a construção do Brasil**. Trad. Sonia Midori Yamamoto. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

BARCELOS, Caco. **Abusado: o dono do morro Dona Marta**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BARRETO, Afonso Henrique de Lima. **Clara dos Anjos**. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In*. _____. **Magia, técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. P. 222-232 (Obras escolhidas, v. 1).

BERNARDO, Teresinha e MACIEL, Regimeire Oliveira. Racismo e educação: um conflito constante. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2015, pp. 191-205.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomas. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (Coleção Memória e Sociedade).

CANDIDO, Antonio. Radicalismos. *In*: _____. **Vários escritos**. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p.265-291.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARDOSO, Marcus. Polícia e direitos na visão dos moradores de duas favelas do Rio de Janeiro. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 17, n. 33, p. 491-507, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CERQUEIRA, Homero de Gorge. **A disciplina militar na sala de aula: a relação pedagógica em uma instituição formadora de oficiais da Polícia Militar do Estado de**

São Paulo. 2006, 228f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 83-105, mar.-ago. 1988.

_____. **Cidade febril: cortiços e epidemia na corte imperial**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Código Penal, Código do Processo Penal. (Org). Luiz Flávio Gomes. 7ª ed. rev. atual. e ampl. Editora Revista dos Tribunais, 2005.

DALCASTRAGNÉ, Regina. Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília, DF, n. 31, p. 87-110, 2008.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelo bosque da ficção**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FERNANDES, Heloisa. **Os militares como categoria social**. São Paulo: Global Editora, 1979. (Global Universitária; 6).

FRANÇA, Fábio Gomes. Segurança pública e a formação policial militar: os direitos humanos como estratégia de controle institucional. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 17, n. 33, p.447-469, 2012.

FRIEDMAN, Milton. Papel do governo na educação. *In*:_____. **Capitalismo e liberdade**. Apresentação de Miguel Colasuono. Trad. Luciana Carli. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Pp. 83-100 (Coleção Os economistas).

GILENO, Carlos Henrique. Clara dos Anjos: uma reflexão sobre o status da mulata no Brasil do início do século XX. **Ciência & Trópico**, Recife, n. 1, v. 29, p. 125-146, jan.-jun., 2001.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980 (Coleção Antropologia Social).

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985. (Coleção Antropologia 8).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Notas sobre o romance. *In*:_____. **Cobra de vidro**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978, p. 59-66.

_____. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

IANNI, Octávio. **Estado e capitalismo**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. A violência na sociedade contemporânea. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n. 12, p. 7-28, 2002.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na Sociologia do Conhecimento**. Trad. Juarez Guimarães, Suzanne Felicie Léwy. 5ª ed. São Paulo: Busca Vida, 1987.

_____. **Ideologias e ciências sociais: elementos para uma análise marxista**. 4ª ed. Cortez, 1988.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **A Semana** (Crônicas 1892-1893). Edição, introdução e notas John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996

_____. O espelho. *In*: _____. **Contos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. P. 21-35 (Coleção Leitura).

_____. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. 25ª ed. São Paulo: Ática, 1998 (Série Bom Livro).

_____. **Esau e Jacó**. Introdução e notas Hélio Guimarães. 1ª ed. São Paulo: PenguinClassics Companhia das Letras, 2012.

MANNHEIM, Karl. A educação como técnica social. Trad. Luiz Pereira. *In*: PEREIRA, Luiz. FORACHI, Marialice M. **Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação**. 8ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977 (Biblioteca Universitária – série 2ª – Ciências Sociais – volume 16).

_____. O problema sociológico da “intelligentsia”. *In*: _____. **Ideologia e utopia**. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. pp. 178-189.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Introdução Phillip C. Schmitter. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1987 (Coleção Pensamento Socialista).

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. Trad. James Amado. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MAZUCATO, Thiago. **Ideologia e utopia de Karl Mannheim: o autor e a obra**. Prefácio de Vera Alves Cepêda. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.

MEDINA, Ettore Dias. Narrativa e testemunho como formas de elaborar a violência policial: sobre Amarildo, Martiniano e outros trabalhadores. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 7, n. 1, jun./dez. 2013.

MEDRADO, Iracema Santos. **A origem e a formação da Guarda Negra (1888-1890)**. Disponível no site www.guardanegra.blogspot.com.br/ - acessado no dia 31/12/2015.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República consentida: cultura democrática e científica no final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Eduur), 2007.

MOLICA, Fernando. **Bandeira negra, amor**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia, ou Helenismo e pessimismo**. Tradução, notas e posfácio J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

OLIVEIRA, Francisco Malta de. FERREIRA, Maria da Luz Alves. A atuação feminina na Polícia Militar: considerações sobre a segregação sexual no trabalho. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v.7, n.1, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, Patrícia Mattos. Espelho, silêncio e almas: negros e pobres na narrativa brasileira contemporânea. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**. N. 26, julho-dezembro, 2005, pp. 73-86.

PROUST, Marcel. **Sobre a leitura**. Trad. Carlos Vogt. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. 88ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

ROSELFELD, Anatol. Literatura e personagem. In SOUZA, Antonio Candido de Melo [et al.] **A personagem de ficção**. 12ª. São Paulo: Perspectiva, 2011. P. 9-49 (Coleção Debates; 1).

ROSEMBERG, André. Para quando o calo aperta – os trabalhadores-policiais do Corpo Policial Permanente de São Paulo no final do Império. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 77-90, 2009.

SAES, Décio Azevedo Marques de. Direitos sociais e transição para o capitalismo: o caso da Primeira República Brasileira (1889-1930). **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 11, n. 20, p. 23-51, 2006.

SANTOS, Gilberto de Assis Barbosa dos. A violência do escravismo em Machado de Assis. **Revista LEVS/UNESP**, Marília, n. 15, p. 86-103, mai. 2015.

SIMÕES, David. Liberdade e civilização no pensamento político de José de Alencar. **Perspectivas**, São Paulo, v. 40, p. 177-199, jul./dez. 2011.

SOUZA, Douglas Martins de. **Segurança pública e racismo institucional**. In: SANTOS, Geovanilda. SILVA, Maria Palmira. (Orgs.) **Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito no século XXI**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. P. 71-75.

SOUZA, Luís Antonio Francisco de. Violência, crime e políticas de segurança pública no Brasil contemporâneo. In:_____. (Org.) **Políticas de segurança pública no estado de São Paulo: situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 13-31.

SOUZA, Luís Antonio Francisco de; BORGES, Débora Cristiane de Almeida. A violência policial como teste às políticas de segurança pública. In:_____ (Org.) **Políticas de segurança pública no estado de São Paulo: situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 77-90.

TCHEKHOV, Anton. Cinco cartas de A. P. Tchekhov. In:_____. **O assassinato e outras histórias**. Trad. e apresentação de Rubens Figueiredo. São Paulo: Cosac-Naify, 2011.

TSONODA, Fábio Silva; BORGES, Débora Cristiane de Almeida. Direitos humanos e democracia no Brasil, perspectivas para a segurança pública. In: SOUZA, Luís Antonio Francisco de. (Org.) **Políticas de segurança pública no estado de São Paulo: situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 63-76.